



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA-TO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 02/2026
NÍVEL MÉDIO

02300 – AGENTE DE TRANSPORTE E TRÂNSITO

☒ Ao receber este Caderno de Questões, **verifique** se:

- contém **70 QUESTÕES** de múltipla escolha, numeradas de **1** a **70**;
- caso contrário, solicite ao Fiscal da sala outro Caderno.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

FRASE: Boa liderança promove cooperação.

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)

IDIB

TIPO
B

**NÃO ESQUEÇA DE
MARCAR O TIPO
CORRESPONDENTE À
SUA PROVA NO
CARTÃO-RESPOSTA!**

INSTRUÇÕES GERAIS

- ☒ O tempo de duração da totalidade da Prova será de **4 (quatro)** horas. Este tempo inclui o necessário para a transferência das respostas para o **CARTÃO-RESPOSTA**.
- ☒ Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e leia atentamente as instruções para preencher o **CARTÃO-RESPOSTA**.
- ☒ Ainda no **CARTÃO-RESPOSTA**, deverá ser indicado o “**TIPO**” de Caderno de Questões, sob pena de ser **eliminado**.
- ☒ O **CARTÃO-RESPOSTA** não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- ☒ A forma correta de assinalar a alternativa no **CARTÃO-RESPOSTA** é preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada de cada questão.
- ☒ Assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação em mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas. Em hipótese alguma, haverá substituição do **CARTÃO-RESPOSTA** por erro do candidato.
- ☒ Os **3 (três) últimos candidatos** deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- ☒ Após o término de sua prova, entregue **OBRIGATORIAMENTE** ao Fiscal, este **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** devidamente assinados. Havendo algum problema, informe imediatamente ao Fiscal, para que ele tome as providências necessárias. Caso o candidato não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação posterior.
- ☒ Ao sair da sala no término da sua prova, o candidato **NÃO PODERÁ UTILIZAR O BANHEIRO**.
- ☒ O gabarito oficial preliminar da Prova Objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idib.org.br, juntamente com os Cadernos de Questões, conforme Edital.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 10.

O valor da cooperação na segurança pública

A segurança pública contemporânea superou a antiga visão de que o combate à criminalidade é uma atribuição exclusiva das forças policiais atuando de forma isolada. Hoje, compreende-se que a preservação da ordem e a garantia da incolumidade das pessoas dependem de um arranjo estruturado que envolve a cooperação mútua entre o Estado e a sociedade civil. Esse modelo compartilhado de gestão exige dos órgãos públicos uma constante modernização de seus processos de comunicação e inteligência.

Um dos principais caminhos para a consolidação dessa dinâmica é o fortalecimento de conselhos comunitários de segurança. Nesses espaços, os cidadãos apontam as demandas prioritárias de seus bairros, enquanto as corporações militares e civis apresentam dados estatísticos e alinham estratégias operacionais preventivas. Essa integração qualifica as ações governamentais e desenvolve um ambiente de mútua confiança, essencial para a redução dos índices de violência urbana.

No entanto, o sucesso dessas iniciativas de integração institucional esbarra na necessidade de investimentos contínuos em tecnologia e na capacitação dos agentes de segurança. A troca de informações em tempo real e o mapeamento de manchas criminais exigem sistemas integrados que superem as barreiras burocráticas entre os entes federativos. Assim, a busca por eficiência operacional deve caminhar lado a lado com o respeito intransigente aos direitos fundamentais e à transparência pública.

LIMA, Renato Sérgio de. *Segurança pública e governança democrática no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2021. Adaptado.

1 - Com base nas ideias expressas no texto, a eficiência das ações contemporâneas de segurança pública está diretamente vinculada à(ao):

- (A) abandono de critérios tecnológicos na análise de manchas criminais.
- (B) centralização das decisões estratégicas nas agências federais.
- (C) isolamento operacional das forças policiais em relação aos cidadãos.
- (D) articulação cooperativa entre as instituições estatais e a comunidade.

2 - Os vocábulos **pública**, **mútua** e **além** recebem acento gráfico com base nas regras gramaticais vigentes. Assinale a alternativa em que as palavras apresentam, respectivamente, a mesma justificativa de acentuação.

- (A) tráfego – saída – Piauí.
- (B) crônicas – história – também.
- (C) tática – herói – parabéns.
- (D) exército – baú – Luís.

3 - No trecho “**Nesses** espaços, os **cidadãos** apontam as demandas **prioritárias** de **seus** bairros...” os termos destacados classificam-se, respectiva e corretamente, como:

- (A) pronome demonstrativo – substantivo – adjetivo – pronome possessivo.
- (B) pronome possessivo – adjetivo – substantivo – pronome demonstrativo.
- (C) pronome demonstrativo – adjetivo – substantivo – pronome possessivo.
- (D) pronome possessivo – substantivo – adjetivo – pronome demonstrativo.

4 - O uso do acento grave deve obedecer aos preceitos de regência da norma-padrão. Indique a alternativa em que o sinal indicativo de crase está empregado corretamente.

- (A) Os policiais chegaram à uma conclusão favorável sobre o mapeamento das manchas.
- (B) A modernização dos processos visa à redução sustentável dos índices de criminalidade.
- (C) As forças de segurança dedicam-se à capacitar continuamente todos os seus agentes.
- (D) Os conselhos comunitários prestam informações relevantes à qualquer pessoa do bairro.

5 - A organização sintática dos textos formais depende da adequada relação de dependência entre nomes, verbos e seus complementos. Em contextos de comunicação institucional, o domínio da regência contribui para a precisão semântica e para a conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa. Considerando esse princípio, assinale a alternativa inteiramente correta quanto ao emprego da regência nominal e verbal.

- (A) O êxito das operações integradas constitui uma meta estratégica que os órgãos de segurança pública aspiram alcançar desde o início do programa.
- (B) Diante do atual panorama da segurança pública, muitos cidadãos preferem colaborar com as forças policiais do que fornecer informações a grupos criminosos.
- (C) A implementação do novo sistema integrado de monitoramento implicou em resultados expressivos para os indicadores de segurança urbana.
- (D) O respeito, permanente e inegociável, às garantias constitucionais vigentes qualifica de forma decisiva a atuação dos agentes públicos e a legitimidade das ações estatais.

6 - A organização sintática do período composto exige a compreensão das funções exercidas pelos diferentes termos da oração principal e das relações estabelecidas com as estruturas subordinadas que a integram. No período “A segurança pública contemporânea superou a antiga visão de que o combate à criminalidade é uma atribuição exclusiva das forças policiais...”, a articulação entre a oração principal e a estrutura subordinada permite identificar com precisão a função sintática dos constituintes envolvidos. Considerando a norma-padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa que classifica corretamente o sintagma “a antiga visão”.

- (A) Desempenha a função de adjunto adverbial de modo, delimitando semanticamente a forma pela qual o processo de superação foi desenvolvido no contexto apresentado.
- (B) Funciona como núcleo do sujeito simples da oração principal, sendo o elemento responsável pela concordância estabelecida com a forma verbal superou.
- (C) Atua como objeto direto do verbo superar, constituindo termo regido sem preposição e passível de assumir a função de sujeito paciente em eventual transposição para a voz passiva analítica.
- (D) Classifica-se como predicativo do objeto, atribuindo ao termo segurança pública contemporânea uma característica decorrente do processo de transformação institucional descrito no período.

7 - No fragmento “Nesses espaços, os cidadãos apontam as demandas prioritárias...”, o emprego da vírgula justifica-se por:

- (A) Introduzir uma oração subordinada adjetiva de caráter explicativo.
- (B) Separar o sujeito composto de seu respectivo predicado verbal.
- (C) Isolar um adjunto adverbial de lugar que se encontra deslocado.
- (D) Marcar a supressão de um verbo de ligação na oração principal.

8 - Marque a alternativa que atende plenamente às normas de concordância nominal e verbal da língua portuguesa.

- (A) Ficou claras as intenções das forças de segurança durante as reuniões de bairro.
- (B) Fazem muitos anos que os especialistas defendem o modelo de segurança integrada.
- (C) Havia diversos cidadãos interessados nas propostas dos conselhos comunitários.
- (D) A capacitação e o investimento contínuo são necessários para a eficiência estatal.

9 - As relações lexicais constituem mecanismos fundamentais para a construção da precisão semântica nos textos, envolvendo fenômenos como sinonímia, antonímia e paronímia. Considerando os vocábulos empregados no texto e as análises propostas nas alternativas, indique a opção que apresenta uma análise lexical correta e compatível com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Os substantivos conselho e concelho constituem parônimos da língua portuguesa: o primeiro pode designar órgão consultivo ou deliberativo, enquanto o segundo se refere à circunscrição administrativa ou municipal.
- (B) A substituição de incolumidade (1º parágrafo) por indenne preserva integralmente a estrutura sintática e o valor semântico do trecho, desde que o termo seja flexionado para concordar com o substantivo garantia.
- (C) O antônimo mais adequado para o adjetivo intransigente (3º parágrafo), sem alteração relevante do sentido argumentativo construído pelo texto, é conivente.
- (D) Os vocábulos superou (1º parágrafo) e sofismou estabelecem relação sinonímica, pois ambos remetem à superação de obstáculos mediante argumentação racional.

10 - A maleabilidade da linguagem permite ao autor transitar entre a literalidade referencial e a projeção metafórica para adensar o debate sociopolítico. A partir da análise dos eixos denotativos e conotativos que estruturam o texto, assinale a opção correta.

- (A) A palavra “espaços” (2º parágrafo) abandona o sentido próprio geográfico e passa a figurar no texto como metáfora para o vazio institucional existente entre a Polícia Militar e a Polícia Civil.
- (B) O termo “barreiras” (3º parágrafo) assume valor figurado no período, materializando os obstáculos burocráticos e administrativos que dificultam o fluxo contínuo de dados entre os diferentes entes da Federação.
- (C) A expressão “manchas criminais” (3º parágrafo) opera em sentido estritamente denotativo, indicando a sujeira ou as imperfeições físicas deixadas pelos infratores nas vias e nos espaços públicos urbanos.
- (D) O vocábulo “arranjo” (1º parágrafo) é empregado em sua acepção conotativa de trapaça ou conciliação marginal, com o objetivo de ironizar a incapacidade do Estado de gerir a segurança de forma transparente.

Noções de Informática

11 - Um assistente administrativo de uma autarquia municipal recebeu uma planilha contendo o registro mensal de atendimentos realizados por diferentes setores. Para gerar um relatório consolidado, foi necessário identificar quantos registros pertenciam a um determinado setor e, simultaneamente, estavam associados a uma categoria específica de atendimento. O procedimento deveria ser executado diretamente no Microsoft Excel 2024, sem utilização de filtros manuais ou tabelas dinâmicas.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa que apresenta o recurso adequado para realizar a contagem de registros com base em múltiplos critérios.

- (A) Utilizar a função MÉDIA, destinada ao cálculo estatístico de valores informados.
- (B) Utilizar a função CONT.SE, destinada à contagem baseada em uma única condição definida.
- (C) Utilizar a função CONT.SES, destinada à contagem baseada em múltiplas condições simultâneas.
- (D) Utilizar a função SOMA, destinada à agregação de valores numéricos selecionados.

12 - Em um órgão público, os servidores utilizam diariamente sistemas corporativos acessados por meio de navegadores web. Durante uma capacitação interna sobre segurança digital, foi explicado que determinados mecanismos presentes nos navegadores permitem verificar a autenticidade de um sítio eletrônico e proteger a troca de informações entre o computador do usuário e o servidor remoto.

Considerando esse contexto, marque a alternativa que identifica corretamente um elemento associado à navegação segura em páginas da Internet.

- (A) Utilização do protocolo POP3, associado à navegação em serviços de busca na Internet.
- (B) Utilização do protocolo HTTPS, associado à criptografia da comunicação entre as partes.
- (C) Utilização do protocolo FTP, associado à exibição de páginas eletrônicas em navegadores.
- (D) Utilização do protocolo SMTP, associado à renderização de conteúdos multimídia na web.

13 - Um servidor recebeu uma mensagem eletrônica contendo um arquivo de planilha enviado por um fornecedor. Ao tentar abrir o arquivo, o sistema de correio eletrônico exibiu um aviso informando que o anexo havia sido bloqueado por questões de segurança. Após análise da equipe de tecnologia da informação, verificou-se que o bloqueio estava relacionado ao tipo de arquivo recebido e não ao conteúdo da mensagem.

Considerando as práticas adotadas pelos serviços modernos de correio eletrônico, indique a alternativa que apresenta um tipo de arquivo frequentemente sujeito a restrições de envio ou recebimento por representar potencial risco de execução de código.

- (A) Arquivo com extensão EXE, destinado à execução direta de programas.
- (B) Arquivo com extensão XLSX, destinado ao armazenamento de planilhas eletrônicas.
- (C) Arquivo com extensão PDF, destinado à distribuição de documentos digitais.
- (D) Arquivo com extensão JPG, destinado ao armazenamento de imagens digitais.

História e Geografia do Município de Araguaína

14 - O território que atualmente corresponde ao município de Araguaína, no estado Tocantins, teve sua ocupação inicial relacionada a grupos indígenas. Assinale a alternativa correta sobre essa ocupação e os primeiros colonizadores da região.

- (A) João Batista da Silva fixou moradia na margem esquerda do Rio Lontra, estabelecendo ali o núcleo inicial do que viria a ser o município de Araguaína.
- (B) O território foi inicialmente ocupado por tribos da etnia Guarani, que resistiram à chegada dos primeiros migrantes vindos do estado do Maranhão.
- (C) Os primeiros migrantes chegaram ao norte tocaninense em 1876, sendo João Batista da Silva e sua família os pioneiros, oriundos da cidade de Paranaguá, no estado do Piauí.
- (D) O primeiro nome do povoado foi “Lontra”, em referência ao rio homônimo, sendo esse nome adotado desde a chegada das primeiras famílias colonizadoras.

15 - O clima do município de Araguaína é conhecido por ser bastante variado. Nesse sentido, podemos afirmar que:

- (A) Por ser megatérmico, o clima de Araguaína apresenta grandes variações de temperatura ao longo do ano, com verões quentes e invernos frios, sendo a precipitação anual inferior a 1.000 milímetros.
- (B) O clima de Araguaína é classificado como subtropical úmido, com temperaturas que variam bastante ao longo do ano, podendo registrar médias mínimas abaixo de 12 °C nos meses de inverno.
- (C) A estação chuvosa em Araguaína concentra-se entre os meses de junho a outubro, enquanto a estação seca ocorre entre novembro e maio, com precipitação anual de 1.700 milímetros.
- (D) O clima de Araguaína é tropical úmido, mantendo-se quente durante todo o ano, com temperatura média máxima de 32 °C e mínima de 20 °C, estação chuvosa entre novembro e maio e estação seca entre junho e outubro.

16 - A vegetação do município de Araguaína apresenta forma irregular, sendo composta por diferentes tipos de formações vegetais. Considerando que o município é cortado por cursos d'água e que parte de sua cobertura vegetal está diretamente associada à proteção das margens desses recursos hídricos, assinale a alternativa que identifica corretamente essa formação vegetal específica comum na localidade.

- (A) Matas Ciliares.
- (B) Cerrados.
- (C) Matas Tropicais.
- (D) Babaquais.

17 - O processo de emancipação político-administrativa de Araguaína envolveu diversas etapas ao longo do século XX. Sobre esse assunto, assinale a alternativa que apresenta corretamente a sequência desse processo.

- (A) A mudança de nome para Araguaína ocorreu em 1953, coincidindo com a criação do distrito e com a emancipação do município de Filadélfia.
- (B) O nome Araguaína foi adotado em 1948, em homenagem ao Rio Araguaia, e o povoado tornou-se distrito em 1953, pela Lei Municipal n.º 86.
- (C) O povoado foi criado como distrito em 1948, quando recebeu o nome de Araguaína; tornou-se município em 1953 e foi instalado oficialmente em 1959.
- (D) O distrito de Araguaína foi criado por lei estadual em 1953, desmembrado do município de Tocantinópolis, e elevado à categoria de município em 1958.

Raciocínio Lógico

18 - Considere a validade das seguintes premissas dentro de um sistema de lógica de predicados.

P1: Todo brasileiro é entusiasta.

P2: Nenhum entusiasta é pessimista.

A partir dessas proposições, podemos concluir que:

- (A) Alguns entusiastas são brasileiros e pessimistas.
- (B) Algum brasileiro é pessimista.
- (C) Nenhum brasileiro é pessimista.
- (D) Todo pessimista é brasileiro.

19 - Considere a proposição: Algum engenheiro é professor. Do ponto de vista da lógica de conjuntos, a representação correta dessa afirmação, em um diagrama de Venn, é caracterizada por:

- (A) Um único conjunto, no qual todos os elementos possuem as duas funções.
- (B) Dois conjuntos disjuntos (sem intersecção).
- (C) Um conjunto contido inteiramente dentro do outro.
- (D) Dois conjuntos com uma região de intersecção não vazia.

20 - Em uma blitz de fiscalização, foram parados 80 veículos. Sabe-se que 45 apresentavam pneus desgastados, 30 estavam com o licenciamento atrasado e 15 apresentavam ambos os problemas. O número de veículos abordados que não apresentavam nenhuma dessas duas irregularidades é igual a:

- (A) 20.
- (B) 15.
- (C) 25.
- (D) 30.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação de Trânsito

21 - Nas vias com várias faixas de circulação no mesmo sentido, as faixas da esquerda destinam-se:

- (A) Aos veículos em operação de carga e descarga regulamentada.
- (B) À ultrapassagem e circulação de veículos mais rápidos.
- (C) Aos deslocamentos de menor velocidade em tráfego contínuo.
- (D) À circulação de veículos de transporte coletivo urbano.

22 - Nas vias urbanas, a operação de retorno deverá ocorrer:

- (A) Em qualquer ponto da via onde exista espaço lateral disponível ao veículo.
- (B) Nos locais determinados por sinalização ou que ofereçam segurança e fluidez.
- (C) Apenas em cruzamentos dotados de semáforo com conversão regulamentada.
- (D) Preferencialmente sobre o acostamento em situações de tráfego intenso.

23 - Em relação à velocidade de circulação, o condutor deve:

- (A) Ajustar a velocidade apenas conforme a sinalização vertical existente na via.
- (B) Circular na velocidade mínima regulamentada em qualquer condição de tráfego.
- (C) Manter velocidade compatível com as condições da via, do trânsito e do clima.
- (D) Priorizar a fluidez do tráfego sobre as condições operacionais do veículo.

24 - Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, os veículos novos classificados na categoria particular, com capacidade para até sete passageiros, estarão isentos da inspeção obrigatória de segurança por:

- (A) Quatro anos contados do registro inicial realizado junto ao órgão executivo estadual.
- (B) Dois anos após o primeiro licenciamento, mantidas as características originais.
- (C) Cinco anos desde que não tenham sofrido modificações estruturais posteriores.
- (D) Três anos a partir do primeiro licenciamento, observadas as condições legais.

25 - As crianças com menos de 10 anos e altura inferior a 1,45 m devem ser transportadas:

- (A) Em assento suplementar simples compatível com o peso corporal.
- (B) Em qualquer assento equipado com cinto de segurança de três pontos.
- (C) No banco traseiro, utilizando dispositivo de retenção adequado.
- (D) No banco dianteiro quando houver ausência de passageiros adultos.

26 - No caso de sinistro de trânsito com vítima, a conduta do motorista em relação ao socorro pode influenciar a aplicação de medidas penais na medida em que:

- (A) O socorro prestado elimina a responsabilidade penal pelo fato ocorrido.
- (B) A prestação de auxílio substitui a necessidade de comunicação à autoridade.
- (C) O pronto e integral socorro pode afastar a prisão em flagrante e a exigência de fiança.
- (D) O atendimento à vítima impede a abertura de investigação policial.

27 - Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, a circulação de veículo com peso ou dimensões superiores aos limites fixados pelo Contran poderá ocorrer mediante:

- (A) Autorização especial de trânsito expedida pela autoridade com circunscrição sobre a via.
- (B) Licença provisória emitida pelo fabricante responsável pela unidade tratora.
- (C) Registro complementar realizado junto ao órgão executivo rodoviário federal.
- (D) Certificação técnica concedida pela entidade responsável pela inspeção veicular.

28 - De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, o uso de cortinas, persianas fechadas ou similares em veículos em movimento será admitido quando:

- (A) O veículo estiver registrado na categoria de transporte particular de passageiros.
- (B) Houver autorização emitida pelo órgão executivo de trânsito municipal.
- (C) A película instalada atender aos índices mínimos de transparência luminosa.
- (D) O veículo possuir espelhos retrovisores em ambos os lados.

29 - De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, compete ao Contran:

- (A) Estabelecer normas regulamentares e diretrizes da Política Nacional de Trânsito.
- (B) Executar diretamente o policiamento ostensivo nas rodovias federais.
- (C) Expedir Carteira Nacional de Habilitação mediante atuação originária própria.
- (D) Aplicar penalidades decorrentes de infrações registradas pelos Municípios.

30 - Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI) possuem a atribuição de:

- (A) Expedir autorizações para circulação de veículos com dimensões excedentes.
- (B) Regular procedimentos relativos à formação de condutores no âmbito estadual.
- (C) Coordenar ações integradas de fiscalização entre os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.
- (D) Julgar recursos interpostos contra penalidades aplicadas pelos órgãos executivos.

31 - De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, na inexistência de faixa ou passagem destinada ao pedestre, o cruzamento da via deverá ocorrer:

- (A) Pela área de menor intensidade de circulação automotiva.
- (B) Pelo bordo da pista com circulação em fila dupla.
- (C) Na direção do fluxo predominante dos veículos da via.
- (D) Em sentido perpendicular ao eixo da via.

32 - Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, a obrigatoriedade de inclusão de mensagem educativa de trânsito aplica-se à:

- (A) Publicidade comercial de combustíveis destinada à circulação em ambiente digital restrito.
- (B) Divulgação institucional promovida por órgãos executivos estaduais de trânsito durante campanhas periódicas.
- (C) Publicidade de produtos oriundos da indústria automobilística veiculada nos meios de comunicação social.
- (D) Propaganda relacionada à prestação de serviços públicos de transporte coletivo urbano.

33 - Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, a ordem de prevalência da sinalização de trânsito estabelece que:

- (A) As normas gerais de circulação possuem precedência sobre os sinais luminosos temporários.
- (B) A sinalização horizontal possui prioridade sobre as indicações semaforicas nas interseções.
- (C) As ordens do agente de trânsito prevalecem sobre os demais sinais e normas de circulação.
- (D) Os sinais verticais prevalecem sobre as determinações emitidas por agentes de trânsito.

34 - Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, a responsabilidade pela sinalização em obra ou evento que interfira na livre circulação de veículos e pedestres recai sobre o(a):

- (A) Órgão municipal responsável pela conservação da malha viária.
- (B) Órgão executivo estadual de trânsito com atuação na respectiva via.
- (C) Autoridade policial encarregada do policiamento ostensivo local.
- (D) Responsável pela execução ou manutenção da obra ou do evento.

35 - Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, o condutor inscrito no Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC) será excluído do cadastro quando:

- (A) Realizar transferência de propriedade de veículo cadastrado no Renavam.
- (B) Tiver atribuída pontuação por infração de trânsito.
- (C) Deixar de renovar o licenciamento anual do veículo registrado em seu nome.
- (D) Permanecer por mais de doze meses sem exercer atividade remunerada ao volante.

36 - Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, os condutores das categorias C, D e E deverão realizar exame toxicológico com janela mínima de detecção de:

- (A) 180 dias.
- (B) 90 dias.
- (C) 60 dias.
- (D) 120 dias.

37 - Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, a Permissão para Dirigir será conferida ao candidato aprovado com validade de:

- (A) 1 ano.
- (B) 18 meses.
- (C) 2 anos.
- (D) 5 anos.

38 - Indique qual é a natureza da infração do artigo 181 inciso X do Código de Trânsito Brasileiro “estacionar o veículo impedindo a movimentação de outro veículo.”

- (A) Leve.
- (B) Média.
- (C) Gravíssima.
- (D) Grave.

39 - Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, quando a irregularidade constatada em veículo retido não puder ser sanada no local da infração, mas o veículo oferecer condições de segurança para circulação, deverá ocorrer:

- (A) Liberação do veículo a condutor habilitado, com recolhimento do CLA e prazo para regularização.
- (B) Remoção imediata do veículo ao depósito independentemente da presença de condutor habilitado.
- (C) Apreensão administrativa do veículo até apresentação de comprovante de regularização integral.
- (D) Encaminhamento obrigatório do veículo para inspeção técnica determinada pelo Contran.

40 - Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, a recusa do condutor em submeter-se aos procedimentos destinados à verificação de influência de álcool ou substância psicoativa:

- (A) Sujeita o condutor às penalidades e medidas administrativas previstas no art. 165-A.
- (B) Caracteriza automaticamente crime de trânsito independentemente de outros elementos probatórios.
- (C) Impede a adoção de medidas administrativas até decisão da autoridade judiciária competente.
- (D) Afasta a possibilidade de lavratura de auto de infração baseado em sinais de alteração psicomotora.

Noções de Direito Administrativo

41 - Tratando da situação em que o Poder Público responderá pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, a Constituição Federal não prevê expressamente a responsabilidade civil do Estado por omissão, mas ela é possível e necessária para evitar a lesão a direitos dos administrados. Acerca da responsabilidade estatal por omissão, assinale a alternativa correta.

- (A) Se houver culpa da Administração Pública ou de seus agentes quanto aos danos causados a terceiros, a responsabilidade por atos omissivos será subjetiva, acessória e concorrente.
- (B) É incabível responsabilizar civilmente do Estado por omissão sem que estejam presentes o nexo de causalidade e o dever concreto de atuação do Poder Público para evitar o dano.
- (C) A responsabilização civil do Estado por omissão não pressupõe a existência a inação administrativa da rotina administrativa, e sim a ocorrência de eventos imprevisíveis e aleatórios para a Administração Pública.
- (D) Na omissão, o Estado responde objetivamente pelos danos causados a terceiros, desde que haja dolo dos seus agentes e da Administração Pública.

42 - A probidade na organização do Estado, a integridade do patrimônio público e social e a vedação de violação de princípios caros à Administração Pública são pilares importantes para reger a função administrativa estatal. Nesse sentido, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), ao reprimir o ato ímprobo praticado por pessoas jurídicas, determina que a sanção de proibição de contratação com o poder público deverá constar do:

- (A) Sistema Nacional de Empresas Suspensas.
- (B) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.
- (C) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
- (D) Cadastro Nacional de Pessoas Punidas.

43 - Como a concessão de serviço público possui natureza contratual, tanto a concessionária como o poder concedente precisam cumprir com direitos e obrigações para a fiel execução do serviço à coletividade. Caso a concessionária viole gravemente cláusulas contratuais, é possível que a Administração Pública extinga o contrato administrativo através da:

- (A) Caducidade da concessão de serviço público.
- (B) Revogação da concessão de serviço público.
- (C) Retrocessão da concessão de serviço público.
- (D) Anulação da concessão de serviço público.

44 - Um restaurante resolveu fazer a comemoração do Ano Novo Chinês para os seus clientes e solicitou à Administração Pública Municipal que fosse fechada toda a rua da frente, visando a um melhor tráfego das pessoas que participariam do evento. Considerando que o pedido veio a ser negado pelo Poder Público, assinale a alternativa correta.

- (A) Se ocorrer alguma tragédia no evento que impeça as pessoas de saírem do restaurante, a responsabilidade será objetiva e principal da Administração Pública Municipal, que deveria ter concedido a autorização para o fechamento da rua.
- (B) Houve equívoco na recusa da Administração Pública Municipal, pois o restaurante queria facilitar o tráfego de pessoas sem intuito lucrativo, o que seria diferente de colocar cadeiras para ampliar o espaço do restaurante e se valer indevidamente de um bem público.
- (C) É da Administração Pública Municipal a competência discricionária para avaliar a conveniência e oportunidade do fechamento da rua em benefício do restaurante, ainda que este não buscasse finalidade lucrativa com o evento.
- (D) A situação em questão trata de exemplo clássico de permissão de serviço público. Embora não haja um direito do restaurante, é dever da Administração Pública fundamentar o motivo pelo qual discorda do fechamento da rua para um melhor tráfego das pessoas que participariam do evento.

45 - No chamado Terceiro Setor, há entidades que desenvolvem atividades de interesse público, atuando de forma complementar ao Poder Público, especialmente em áreas como cultura, educação, saúde, meio ambiente e assistência social. Para que uma associação civil se habilite à qualificação como organização social, é necessário que:

- (A) Distribua bens ou parcela do patrimônio líquido em prol dos associados.
- (B) Obtenha a aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
- (C) Tenha mais de 100 (cem) associados no seu ato de constituição.
- (D) Haja a aceitação de novos associados, na forma do estatuto.

Noções de Direito Constitucional

46 - No contexto de estudo destinado à ampliação da integração do sistema municipal de transporte coletivo, a equipe técnica responsável pelo planejamento identificou diferenças significativas no acesso da população aos serviços públicos de mobilidade em distintas regiões da cidade. Na definição das prioridades administrativas, discutiu-se em que medida as diretrizes constitucionais relacionadas ao desenvolvimento nacional e à redução de desigualdades podem influenciar a formulação de políticas públicas por entes dotados de autonomia política. A compreensão compatível com a disciplina constitucional da matéria consiste em:

- (A) Considerar que os objetivos fundamentais da República vinculam a atuação estatal, mas sua concretização depende exclusivamente da atividade legislativa, não alcançando a formulação e a execução de políticas públicas pela Administração.
- (B) Compreender que os objetivos fundamentais da República possuem eficácia orientadora da atuação estatal, cabendo aos órgãos públicos promovê-los segundo as competências constitucionalmente atribuídas, sem que deles decorra autorização para o exercício de atribuições não previstas na Constituição.
- (C) Admitir que os objetivos fundamentais da República desempenham função orientadora da atuação estatal, sem constituir parâmetro jurídico apto a influenciar diretamente a validade ou a legitimidade das escolhas administrativas.
- (D) Reconhecer que os objetivos fundamentais da República possuem relevância jurídica para a atuação estatal e podem orientar a formulação de políticas públicas pelos diversos entes federativos, sem afastar a autonomia constitucionalmente assegurada a cada um deles.

47 - Em treinamento promovido para agentes responsáveis pela fiscalização de trânsito e transporte, discutiu-se a aplicação de normas constitucionais utilizadas como fundamento para a atuação administrativa dos órgãos públicos. No debate, surgiram divergências sobre a necessidade de regulamentação legislativa para que determinadas disposições constitucionais produzam efeitos jurídicos. Considerando a classificação doutrinária quanto à eficácia das normas constitucionais, a característica própria das normas que produzem efeitos integrais desde a promulgação da Constituição, independentemente de complementação legislativa ou de atuação restritiva posteriormente autorizada ao legislador, consiste em:

- (A) Estabelecer objetivos e diretrizes constitucionais cuja concretização depende da atuação legislativa e administrativa subsequente, orientando a formulação de políticas públicas e a atuação estatal futura.
- (B) Apresentar aplicabilidade imediata, admitindo posterior restrição de seu alcance por atuação do legislador constitucionalmente autorizada.
- (C) Produzir todos os seus efeitos essenciais desde a entrada em vigor da Constituição, independentemente da edição de norma integrativa.
- (D) Dependere da atuação legislativa futura para adquirir aptidão jurídica mínima para produzir efeitos.

48 - Em procedimento administrativo instaurado para apurar possível irregularidade relacionada à atuação de servidor responsável pela fiscalização de transporte coletivo, foi assegurada ao interessado a oportunidade de apresentar justificativas, produzir elementos de prova e manifestar-se sobre os fundamentos considerados pela administração antes da decisão final. A garantia constitucional diretamente relacionada à regularidade do procedimento descrito corresponde a:

- (A) Assegurar ao interessado ciência dos elementos utilizados na formação da decisão administrativa, bem como oportunidade efetiva de influenciar seu resultado mediante manifestação, produção probatória e utilização dos meios processuais cabíveis.
- (B) Exigir que qualquer restrição de direitos individuais seja precedida de decisão judicial transitada em julgado.
- (C) Assegurar que decisões administrativas potencialmente restritivas de direitos sejam adequadamente motivadas, com indicação dos fundamentos de fato e de direito que justificam sua adoção.
- (D) Garantir que a apreciação de controvérsias envolvendo direitos individuais ocorra exclusivamente perante órgãos do Poder Judiciário.

49 - Ao analisar procedimento relacionado à atualização cadastral perante órgão público, determinado cidadão verificou a existência de informações registradas em banco de dados estatal que reputava incompletas e potencialmente prejudiciais à correta apreciação de sua situação jurídica. Após buscar administrativamente acesso ao conteúdo e promover sua correção, não obteve resposta satisfatória da autoridade competente. Considerando os instrumentos constitucionais destinados à tutela de direitos fundamentais, a medida constitucional diretamente relacionada à proteção da situação descrita caracteriza-se por:

- (A) Assegurar tutela jurisdicional destinada à proteção de direito líquido e certo diante de ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública, quando inexistente instrumento constitucional específico.
- (B) Possibilitar o conhecimento ou a retificação de informações relativas ao próprio interessado constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (C) Viabilizar a superação de omissão normativa que impeça o exercício de direito constitucionalmente assegurado, quando inexistente regulamentação necessária à sua fruição.
- (D) Permitir a impugnação judicial de ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente ou a outros interesses difusos constitucionalmente protegidos.

50 - Na implementação de sistema automatizado de fiscalização de trânsito, determinado município verificou aumento significativo da eficiência operacional na identificação de infrações e na emissão de registros administrativos. Durante a análise jurídica do programa, discutiu-se a compatibilidade entre a busca por maior eficiência administrativa e a observância dos demais princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública. À luz da Constituição da República, a interpretação adequada consiste em:

- (A) Considerar que a utilização de sistemas automatizados transfere à ferramenta tecnológica parcela da responsabilidade pela prática do ato administrativo, reduzindo a intensidade do controle jurídico sobre sua atuação.
- (B) Reconhecer que a eficiência deve ser promovida em harmonia com os demais princípios constitucionais da Administração Pública, sem autorizar o afastamento das exigências decorrentes da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.
- (C) Admitir que a eficiência possui precedência normativa sobre os demais princípios administrativos quando a medida adotada resultar em incremento comprovado da capacidade estatal de fiscalização.
- (D) Compreender que a adoção de tecnologia capaz de reduzir falhas operacionais permite relativizar exigências formais cuja observância comprometa a obtenção de resultados administrativos mais eficientes.

51 - Em programa de capacitação voltado a servidores que atuam na fiscalização de trânsito e na execução de atividades administrativas municipais, discutiu-se a possibilidade de alteração de normas constitucionais relacionadas à organização do Estado e à Administração Pública. No debate, analisaram-se os limites jurídicos aplicáveis ao exercício da competência de reforma constitucional prevista pela própria Constituição. À luz da teoria constitucional e da disciplina estabelecida pela Constituição da República, a interpretação adequada acerca do poder responsável pela reforma do texto constitucional consiste em:

- (A) Compreender que o poder constituinte derivado reformador encontra-se subordinado às limitações e aos procedimentos estabelecidos pela Constituição, não podendo exercer competência ilimitada de modificação constitucional.
- (B) Reconhecer que o poder constituinte derivado reformador, embora submetido às limitações constitucionais expressas, possui competência para redefinir o alcance dos princípios estruturantes da Constituição desde que preserve formalmente o procedimento de emenda.
- (C) Admitir que a incidência das limitações materiais ao poder de reforma deve ser interpretada restritivamente, de modo a permitir alterações constitucionais que modifiquem substancialmente institutos protegidos sem promover sua supressão formal.
- (D) Considerar que as limitações materiais ao poder constituinte derivado alcançam toda e qualquer norma constitucional relacionada aos temas protegidos pelas cláusulas pétreas, independentemente de sua repercussão sobre o núcleo constitucionalmente resguardado.

52 - Ao apurar dano causado a particular durante atividade de fiscalização de trânsito, discutiu-se a relação entre a responsabilidade civil do Estado e a eventual responsabilização do agente público envolvido na ocorrência. A interpretação compatível com a disciplina constitucional da matéria consiste em:

- (A) Considerar que a responsabilidade do agente público somente pode ser examinada quando houver demonstração de prejuízo patrimonial sofrido pela Administração Pública.
- (B) Admitir que a responsabilização do agente público pressupõe necessariamente a prévia condenação judicial do Estado ao pagamento de indenização.
- (C) Compreender que a responsabilidade objetiva atribuída ao Estado afasta a necessidade de investigação acerca da conduta do agente público em qualquer esfera de responsabilização.
- (D) Reconhecer que a responsabilidade objetiva do Estado perante terceiros não exclui a possibilidade de apuração da responsabilidade do agente público quando presentes os pressupostos jurídicos pertinentes.

53 - Ao analisar situações relacionadas à elegibilidade e ao exercício dos direitos políticos, discutiu-se a distinção constitucional entre limitações ao direito de ser votado e restrições ao próprio exercício da cidadania política. A interpretação adequada consiste em:

- (A) Considerar que as hipóteses de inelegibilidade não se confundem com as causas de perda ou suspensão dos direitos políticos, embora ambas possam restringir a participação política do cidadão.
- (B) Compreender que toda hipótese constitucional de inelegibilidade implica suspensão dos direitos políticos enquanto persistirem seus efeitos.
- (C) Admitir que as causas de perda e suspensão dos direitos políticos podem ser ampliadas pelo legislador ordinário sempre que destinadas à proteção da moralidade administrativa.
- (D) Reconhecer que a perda dos direitos políticos produz exclusivamente efeitos eleitorais, sem repercussão sobre outras situações jurídicas disciplinadas pela Constituição.

54 - Ao analisar o regime constitucional dos partidos políticos, discutiu-se o alcance da autonomia partidária e sua compatibilidade com mecanismos institucionais destinados à preservação da representatividade, da legitimidade democrática e da observância das regras constitucionais aplicáveis ao sistema político. À luz da Constituição da República, a interpretação adequada consiste em:

- (A) Considerar que a garantia constitucional de autonomia partidária impede o estabelecimento de critérios normativos destinados a aferir a representatividade mínima das agremiações no sistema político.
- (B) Compreender que a autonomia partidária assegura ampla liberdade de organização interna, permitindo aos partidos afastar limitações legais relacionadas ao funcionamento parlamentar quando decorrentes de deliberação regularmente aprovada por seus órgãos internos.
- (C) Reconhecer que a autonomia partidária é constitucionalmente assegurada, mas deve ser exercida em conformidade com os parâmetros constitucionais que disciplinam a atuação dos partidos políticos no regime democrático.
- (D) Admitir que a autonomia partidária afasta a possibilidade de controle jurisdicional sobre atos internos partidários, ainda que envolvam direitos constitucionalmente protegidos de seus filiados.

55 - Em reunião técnica destinada à revisão de procedimentos de fiscalização do transporte coletivo urbano e da circulação viária municipal, discutiu-se a extensão da autonomia dos municípios para disciplinar matérias relacionadas ao trânsito e à mobilidade urbana. Parte dos participantes sustentava que a existência de normas federais sobre trânsito afastaria a possibilidade de regulamentação municipal do tema. Outros defendiam que a atuação normativa municipal poderia coexistir com a disciplina federal, desde que observados os limites constitucionais de competência.

À luz da organização político-administrativa prevista na Constituição da República, a interpretação adequada consiste em:

- (A) Considerar que a atuação municipal em matéria de trânsito e transporte depende de delegação legislativa específica da União, por se tratar de atividade vinculada à competência administrativa federal.
- (B) Julgar que a existência de legislação federal sobre trânsito e transporte impede a edição de atos normativos municipais relacionados à execução e à fiscalização dessas atividades no âmbito local.
- (C) Admitir que a autonomia municipal autoriza a edição de normas locais que prevaleçam sobre a legislação federal sempre que voltadas à melhoria dos serviços públicos prestados à população.
- (D) Entender que a autonomia municipal permite a disciplina de assuntos de interesse local e a organização dos serviços públicos correspondentes, observados os limites da repartição constitucional de competências, inclusive a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.

Noções de Direito Penal

56 - Durante a tramitação de ação penal, foi editada nova lei que deixou de considerar criminosa determinada conduta anteriormente tipificada como crime.

À luz do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei posterior que revoga tipo penal não alcança condenações transitadas em julgado.
- (B) A lei penal posterior retroage para agravar a situação jurídica do denunciado.
- (C) A lei posterior que deixa de considerar determinado fato como criminoso retroage para beneficiar o agente, ainda que exista sentença condenatória transitada em julgado.
- (D) A *abolitio criminis* produz efeitos exclusivamente para fatos praticados após a entrada em vigor da nova lei.

57 - Durante a execução de um crime de furto, o agente iniciou os atos executórios, mas não conseguiu consumir a subtração por circunstâncias alheias à sua vontade.

Nos termos do Código Penal, indique a alternativa correta.

- (A) O agente responde por contravenção penal, em razão da não consumação do delito.
- (B) O agente responde por crime tentado, com redução da pena de um a dois terços.
- (C) O agente não responde por infração penal, pois a consumação não ocorreu.
- (D) O agente responde pelo crime consumado, pois iniciou os atos executórios.

58 - Durante investigação criminal, verificou-se que duas pessoas concorreram voluntariamente para a prática do mesmo crime, contribuindo casualmente para a produção do resultado.

Com fundamento no Código Penal, marque a alternativa correta.

- (A) O partícipe responde por contravenção penal quando não executa pessoalmente o núcleo do tipo penal.
- (B) Todos os participantes respondem obrigatoriamente pela mesma pena aplicada ao autor principal.
- (C) A participação em crime é punível quando houver ajuste entre os agentes. A forma tentada tem redução de até 1/3 da pena.
- (D) Quem concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

59 - Determinado servidor público, valendo-se da facilidade proporcionada pelo cargo, apropriou-se de valores públicos que possuía sob sua guarda em razão de suas atribuições funcionais.

Nos termos do Código Penal, marque a alternativa correta.

- (A) A conduta caracteriza mera infração administrativa sem repercussão penal.
- (B) A conduta caracteriza o crime de peculato.
- (C) A conduta caracteriza exclusivamente o crime de furto simples.
- (D) A conduta caracteriza o crime de apropriação indébita comum.

60 - Durante audiência de instrução criminal, discutiu-se a natureza jurídica de determinado delito previsto na legislação brasileira.

Com fundamento na Lei nº 8.072/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de feminicídio integra o rol legal dos crimes hediondos.
- (B) O crime tentado de lesão corporal praticado em contexto doméstico é considerado crime hediondo, com redução de 1/3 da pena.
- (C) Todo crime praticado com violência ou grave ameaça é considerado hediondo.
- (D) A classificação de crime hediondo depende da repercussão social e jurídica do caso concreto.

Legislação Especial

61 - Conforme previsto na Lei Federal nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos, configura, corretamente:

- (A) Uma causa de diminuição de pena.
- (B) Um dos efeitos da condenação.
- (C) Uma pena restritiva de direito.
- (D) Uma sanção de natureza administrativa.

62 - Regulada pela Resolução Contran nº 969/2022, podemos corretamente afirmar que o veículo automotor pertencente às Missões Diplomáticas, às Delegações Especiais, aos agentes diplomáticos, às Repartições Consulares de Carreira, aos agentes consulares de carreira, aos Organismos Internacionais e seus funcionários, aos Funcionários Estrangeiros Administrativos e Técnicos das Missões Diplomáticas, de Delegações Especiais e de Repartições Consulares de Carreira e aos Peritos Estrangeiros de Cooperação Internacional é corretamente chamado apenas de:

- (A) Veículo de experiência.
- (B) Veículo credenciado.
- (C) Veículo adaptado para autoridades.
- (D) Veículo de representação diplomática.

63 - No Brasil, os limites de velocidade são definidos pelo art. 61 do Código de Trânsito Brasileiro, o que pode ser alterado pela sinalização local, quando disponível. Na ausência de placas, aplicam-se os limites padronizados. O sistema nacional divide os limites de acordo com o tipo de via e o veículo. Sobre o assunto, assinalamos corretamente apenas o que está afirmado em:

- (A) A velocidade mínima deverá ser inferior à metade da velocidade máxima estabelecida, independente das condições operacionais de trânsito e da via.
- (B) A velocidade máxima, nas vias locais, será de 40 km/h (quarenta quilômetros por hora).
- (C) A velocidade mínima não poderá ser inferior à metade da velocidade máxima estabelecida, respeitadas as condições operacionais de trânsito e da via.
- (D) A velocidade máxima, nas rodovias de pista simples, será de 60 km/h (sessenta quilômetros por hora).

64 - Regula a Lei Federal nº 11.343/2006 (institui a Política Nacional Antidrogas, dentre outros assuntos) que conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem, além da pena, sujeitará o condutor a:

- (A) Além da apreensão do veículo, cassação da habilitação respectiva ou proibição de obtê-la, pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade aplicada.
- (B) Aumento de 1/3 na pena quando o agente praticar o crime prevalecendo-se de função pública ou no desempenho de missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância.
- (C) Triplicar a pena quando o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva.
- (D) Dobro da pena quando sua prática envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou a quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação.

65 - Define a Lei Federal nº 12.037/2009 que o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nos casos nela previstos. Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando:

- (A) Houver recebimento da denúncia pelo juiz por crime contra a mulher em situação de violência doméstica e familiar.
- (B) For apresentado outro documento público que permita a identificação do indiciado.
- (C) O estado de conservação ou a distância temporal ou da localidade da expedição do documento apresentado impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais.
- (D) O indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações compatíveis entre si.

66 - Considerando apenas o previsto e regulado pelo Código de Trânsito Brasileiro, quanto à tração, os veículos classificam-se, dentre outros, em:

- (A) De competição ou de serviços de urgência e emergência.
- (B) Triciclo ou quadriciclo.
- (C) Reboque ou semirreboque.
- (D) Oficial ou de aprendizagem.

67 - Enuncia a Resolução Contran nº 432/2013 que além das exigências estabelecidas em regulamentação específica, o auto de infração lavrado em decorrência da infração prevista no art. 165 do CTB deverá conter:

- (A) Descrição geral dos sinais de alteração da capacidade psicomotora, independente de sua correspondência com a citada Resolução.
- (B) Em caso de recusa do condutor, apresentação obrigatória de testemunha do fato, não podendo ser substituída por foto, vídeo ou outra prova.
- (C) Desprezar as margens de erro ao preencher o campo Valor Considerado.
- (D) No caso de teste de etilômetro, a marca, modelo e nº de série do aparelho, nº do teste, a medição realizada, o valor considerado e o limite regulamentado em mg/L.

68 - A Resolução Contran nº 996/2023 inseriu no contexto do trânsito urbano que o equipamento de mobilidade individual autopropelido se define, exclusivamente, por:

- (A) Motor auxiliar de propulsão com potência nominal máxima de até 1.000 W (mil watts), dentre outros.
- (B) Dotado ou não de sistema de auto equilíbrio que estabiliza dinamicamente o equipamento inerentemente instável por meio de sistema de controle auxiliar composto por giroscópio e acelerômetro, dentre outros.
- (C) Velocidade máxima não superior a 32 km/h (trinta e dois quilômetros por hora), dentre outros.
- (D) Não dispor de acelerador ou de qualquer outro dispositivo de variação manual de potência, dentre outros.

69 - Na forma exclusiva do Código de Trânsito Brasileiro, usar buzina em situação que não a de simples toque breve como advertência ao pedestre ou a condutores de outros veículos; prolongada e sucessivamente a qualquer pretexto; entre as vinte e duas e as seis horas; em locais e horários proibidos pela sinalização; em desacordo com os padrões e frequências estabelecidas pelo CONTRAN configura:

- (A) Infração grave e multa.
- (B) Infração levíssima e multa.
- (C) Infração média e multa.
- (D) Infração leve e multa.

70 - A Resolução Contran nº 811/2020 estabelece corretamente que para a integração ao SNT, de forma direta ou mediante consórcio, os órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários ou a prefeitura municipal devem dispor de estrutura organizacional e capacidade para o exercício das atividades e competências legais que lhe são próprias, sendo estas, no mínimo, de:

- (A) Engenharia de tráfego; julgamento de recursos contra penalidades por eles impostas; dentre outras.
- (B) Estrutura apropriada para a formação de condutores; aplicativo próprio para lavratura dos autos de infração; dentre outros.
- (C) Espaço próprio para estacionamento dos veículos apreendidos; fiscalização e operação de trânsito; dentre outros.
- (D) Serviço institucional de atendimento aos condutores; departamento de julgamento de recursos contra penalidades por eles impostas; dentre outras.